

AGENDA DE RETROCESSOS ATINGE O PAÍS

Participe! Seminário “ATAQUES CONTRA OS SERVIÇOS PÚBLICOS”, dia 11/08, às 14h, na sede da Adufes (campus Goiabeiras/Ufes), em Vitória.

O serviço público está em risco! A educação pública está em risco! Os ataques são em várias frentes: na aposentadoria, nos direitos sociais, na saúde, na assistência social, no desenvolvimento tecnológico. As investidas atingem o bolso dos servidores que correm o risco de ter salários congelados, progressões e vantagens (como gratificações) suspensas, sem falar em privatizações/terceirizações generalizadas..

A bomba mais recente é a PEC 241/16, que tramita no Congresso Nacional. Escondida do público pela velha mídia, a PEC pode devastar o SUS, as universidades públicas, a previdência. Ela prevê o congelamento de gastos públicos por 20 anos, em especial na Educação e Saúde.

Tudo em nome da dívida pública. Sabemos como a administração das contas públicas é feita. O dinheiro economizado será canalizado para o pagamento da dívida pública, que atualmente consome quase metade do orçamento do país.

Qualquer desarranjo nas despesas do governo e os servidores públicos pagarão a conta. A PEC 241 estabelece que o poder ou órgão que extrapolar o teto anual ficará impedido de conceder reajuste, criar cargos, realizar concursos públicos.

No serviço público, pelo jeito, tudo é fácil de ser cortado!

PLP 257/2016: avalanche contra os servidores públicos

Outro perigo é o PLP 257/2016, pensado para diminuir os custos da “máquina” do estado. A política de “ajuste” prevê corte de direitos dos servidores públicos, como congelamento de salário, programas de demissões voluntárias e privatizações.

O retrocesso atingirá também a política de valorização do salário mínimo, afetando milhares de brasileiros. Na mesma linha, existe o PL 4330/04 (transformado em PLC 30/15) que regulamenta a terceirização de serviços para todas as atividades, inclusive a chamada “atividade fim”.

“Escola sem partido”: imposição da mordaza aos professores

Há vários projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais do país. O objetivo é um só: cercear a liberdade de expressão dos professores dentro da sala de aula. Um desses projetos é o PL 193/2016, do senador capixaba Magno Malta que, inclusive, proíbe a discussão de gênero nas escolas.

**ALERTA
GERAL!**

**ALERTA
GERAL!**



**SEMINÁRIO
ATAQUES CONTRA OS
SERVIÇOS PÚBLICOS**

11/08 | 14h | Sede da Adufes

EBLIN FARAGE

professora da Universidade Federal
Fluminense (UFF) e presidente do ANDES-SN

ELENIRA OLIVEIRA VILELA

professora do Instituto Federal de Santa Catarina (Ifsc)
e diretora do Sinasefe Seção Ifsc

